

HISCO (HISTORICAL INTERNATIONAL STANDARD CLASSIFICATION OF OCCUPATION): CONSTRUINDO UMA CODIFICAÇÃO DE OCUPAÇÕES PARA O PASSADO BRASILEIRO¹

HISCO (HISTORICAL INTERNATIONAL STANDARD CLASSIFICATION OF OCCUPATION): TOWARD A BRAZILIAN HISTORICAL CLASSIFICATION OF OCCUPATIONS

*Tarcisio R. Botelho**

*Marco H. D. van Leeuwen***

*Ineke Maas****

*Andrew Miles*****

RESUMO

Uma importante dimensão a ser considerada na construção de normalizações para os estudos do trabalho no passado brasileiro diz respeito à codificação das ocupações declaradas na documentação pré-censitária ou nos primeiros censos nacionais (sobretudo aqueles anteriores a 1940). Pretende-se apresentar a versão brasileira, ainda em construção, da base de dados de classificação de ocupações denominada HISCO. Tal base de dados pretende adaptar, para períodos históricos, a International Standard Classification of Occupation (ISCO), que é a base da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), utilizada contemporaneamente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e outros órgãos produtores de estatísticas. Trata-se de um projeto internacional envolvendo historiadores e cientistas sociais de diversos países (Bélgica, Grã-bretanha, Canadá, França, Alemanha, Holanda, Noruega, Suécia, Portugal, Espanha, Dinamarca, Índia, Rússia, Filipinos e Grécia). A inserção brasileira torna-se relevante tendo em vista o desenvolvimento posterior de estudos comparados, tanto ao tempo quanto ao espaço, já que se parte de uma mesma lógica de codificação para classificar as ocupações de diferentes períodos históricos e de diversos países. A base de dados brasileira toma como ponto de par-

¹ Uma versão preliminar desse trabalho foi apresentada no XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais (ABEP), realizado em Caxambu – MG, de 18 a 22 de setembro de 2006.

* Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG).

** International Instituut voor Sociale Geschiedenis (IISG), Holanda.

*** Utrecht University, Holanda.

**** The University of Manchester, Reino Unido.

tida listas de habitantes do século 19, sobretudo São Paulo, em 1836, mas também outras fontes de outros estados brasileiros.

Palavras-chave: Ocupações; Classificações Ocupacionais; *Status* Socioeconômico.

ABSTRACT

Coding occupations in the past is an important dimension of the labour history studies, especially when we have to use the information of pre-censal sources. The aim of this article is to show a Brazilian version of HISCO, which intends to adapt, for historical periods, the International Standard Classification of Occupation (ISCO). This is the classification upon which was built the Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), used by IBGE and other statistical agencies. HISCO is an international project aggregating historians and social scientist from many countries (Belgium, United Kingdom, Canada, France, German, Holland, Norway, Sweden, Portugal, Spain, Denmark, India, Russia, Philippines and Greece); in this sense, the Brazilian contribution it is a very important way to promote comparative studies, in time and space. The Brazilian data was obtained in the 19th century nominative lists of inhabitants (specially from São Paulo in 1836).

Keywords: Occupation; Classification of Occupation; Social-Economic Status.

1. A CRIAÇÃO DA HISCO

Uma fonte de dificuldades nas pesquisas comparadas no campo da história do trabalho são as confusões criadas pelas inúmeras variações na terminologia das ocupações, seja ao longo do tempo, seja em diversos espaços geográficos, seja em função das dificuldades com as traduções entre as diversas línguas. Tal limitação é mais grave quando se reconhece que a ocupação é uma variável-chave em muitos campos da história, indo desde os estudos de estratificação social, mobilidade e carreiras profissionais, passando pela demografia e pelos estudos de mercado de trabalho e de produção.

Parece-nos claro que a comparação entre importantes processos e estruturas históricas seria menos problemática se fosse possível obter uma comparabilidade entre as codificações de ocupação. O propósito deste artigo é descrever um sistema de classificação de ocupações que é ao mesmo tempo internacional e histórico. E, além disso, conecta-se simultaneamente com as classificações já utilizadas para o tempo presente. Trata-se da HISCO (Historical International Standard Classification of Occupation).

Inicialmente, decidiu-se não começar do zero, mas historicizar um sistema com credenciais comparativas já provadas, a saber, a ISCO (International Standard Classification of Occupation), sistema desenvolvido pela Organização Internacional do Trabalho (OIT). Não foi por outra razão que foi possível alcançar o outro grande objetivo, qual seja, o de trazer à luz as listas de nomes de ocupações com códigos nacionais conectados com a ISCO.

A OIT produziu três versões da ISCO: em 1958, em 1968 e em 1988. Por diversas razões, decidiu-se basear a HISCO na versão de 1968 (ISCO68). Essa versão contém um número maior de ocupações que a de 1958, e por outro lado ainda inclui muitas daquelas de caráter histórico, que desapareceram na versão de 1988. A existência, em muitas línguas, de versões oficiais e não oficiais do manual de 1968 facilitou ainda mais a tarefa. Além disso, a ISCO68 já tinha certo caminho percorrido em termos de aplicação histórica. Uma versão aperfeiçoada da ISCO68 foi produzida por Treiman (1976 e 1977), a qual tem provado sua utilidade na codificação de ocupações históricas.

Na ISCO68, 1.506 diferentes categorias ocupacionais foram discriminadas e descritas. Tais categorias agrupam os 6 mil nomes de ocupações contidos no manual da ISCO68. Para cada uma das 1.506 categorias, foram dados códigos únicos de cinco dígitos, possibilitando a fácil agregação das categorias vizinhas. Os primeiros três

dígitos se referem aos “grupos unitários” – que são em número de 284. Os primeiros dois dígitos referem-se aos “grupos secundários” – em número de 83 – e o primeiro dígito refere-se aos “grupos principais”, em número de oito.² Os grupos principais são apresentados no Quadro 1.

QUADRO 1

HISCO, grupos principais

Código	Descrição
0/1	Profissionais e técnicos especializados e outros trabalhadores relacionados
2	Administradores e profissionais de gerência
3	Trabalhadores de serviços administrativos
4	Vendedores
5	Trabalhadores dos serviços
6	Trabalhadores agropecuários, florestais, da caça e pesca
7/8/9	Trabalhadores da produção de bens, operadores de equipamentos de transporte e outros

Fonte: Leeuwen, Maas e Miles (2002).

O princípio de fusão dos oito grupos principais aproxima-se ao dos setores econômicos, como os comumente encontrados nas classificações econômicas da força de trabalho nos censos contemporâneos. Para exemplificar, os códigos 6-xx.xx referem-se ao setor primário da economia, com os códigos 6-2x.xx identificando os vários tipos de trabalhadores em agricultura e criação de animais. Esse último grupo inclui, dentre outros, o código 6-22.xx para trabalhadores em fazendas de produção agrícola. Esses, por sua vez, podem se relacionar com diversas categorias ocupacionais mais específicas: trabalhadores agrícolas em geral (6-22.10), trabalhadores em fazendas de produção de vegetais e hortaliças (6-22.20), trabalhadores em fazendas de trigo (6-22.30), trabalhadores em fazendas de algodão (6-22.40), trabalhadores em fazendas de arroz (6-22.50) e trabalhadores em fazendas de cana-de-açúcar (6-22.60).

O nível de acurácia com a codificação através da ISCO (com a descrição de cada atividade ocupacional dada por um código único) ocorre, como o exemplo acima demonstra, em um nível muito detalhado. Invariavelmente, alguma informação é perdida quando se constrói uma codificação, mas isso acontece exatamente pela natureza do

² Na Codificação Brasileira de Ocupações em vigor, formulada em 2002, mas parcialmente aplicada ao Censo 2000, a terminologia usada é Grande Grupo, Subgrupo Principal e Subgrupo. Ver: Comissão Nacional de Classificação (CONCLA) <<http://www.ibge.gov.br/concla>>. Há um interessante relato do trabalho de revisão das descrições de ocupações para a CBO em: Nozoe, Bianchi; Rondet (2003). Para um breve panorama das mudanças nas classificações de ocupações nos censos brasileiros a partir de 1960, ver Jannuzzi (2004).

processo: reduzir os dados para produzir ordem e contextualização dentro de uma realidade que, de outra forma, seria desconcertante.

Dada a natureza dos problemas envolvidos com a geração de um sistema sensível à realidade histórica, muitas outras propostas foram submetidas a um escrutínio detalhado antes que a ISCO68 fosse escolhida como a estrutura da HISCO. Tal decisão pode ser justificada pelo fato de que, ao longo do exercício de codificação efetuado para adaptar os nomes históricos ao sistema, muito de sua estrutura básica permaneceu intacta. De fato, a HISCO segue quase a mesma estrutura da ISCO68 no que diz respeito aos grupos unitários, secundários e principais. Ela se difere na alteração de conteúdo necessária para se adequar ao registro histórico, e na adição de variáveis subsidiárias com o intuito de minimizar a perda de informações significativas. A HISCO também se afasta do formato-padrão da ISCO na medida em que a descrição dos códigos é feita em inglês, mas os nomes das ocupações permanecem em diferentes línguas. Daí a aplicabilidade mais ampla da codificação proposta pela HISCO.

O sistema HISCO surgiu após um processo de codificação interativo envolvendo os mil mais frequentes nomes de ocupações, tanto de homens quanto de mulheres, em bases de dados de oito diferentes países: Bélgica, Grã-Bretanha, Canadá, França, Alemanha, Holanda, Noruega e Suécia. Os dados de ocupação utilizados para desenvolver o sistema abrangem o período de 1690 a 1970, mas são predominantemente do século 19. Eles contêm os nomes de ocupações declaradas ou registradas por pessoas de todas as idades, de ambos os sexos, em registros paroquiais ou civis. Os dados não foram coletados para o desenvolvimento do sistema HISCO em si, mas vieram de projetos independentes, de vários tipos, utilizando um amplo campo de fontes documentais de diferentes propósitos. A partir desses dados, a codificação em HISCO foi preparada por um grupo de especialistas dos próprios países de origem dos documentos. Em seguida, as decisões quanto à codificação foram submetidas a um controle de qualidade envolvendo outros colaboradores do mesmo país que refizeram a codificação sem conhecimento prévio da forma com que ela havia sido inicialmente feita.

2. PRINCÍPIOS USADOS NA CRIAÇÃO DA HISCO

Muitos problemas comuns foram encontrados durante o processo de codificação das ocupações dentro do sistema HISCO. Os principais foram: como fazer com os nomes de ocupações muito genéricas ou muito específicas; como resolver os problemas de perda da declaração de ocupação, múltipla ocupação e não-ocupação. A fim de

compreender as soluções encontradas para tais problemas, faz-se necessário destacar nove princípios metodológicos que orientaram na formulação do sistema HISCO:

- 1) Houve uma preocupação com os vários significados possíveis de uma dada ocupação, e não apenas com o significado mais provável em um dado momento ou lugar. Portanto, se poderia existir mais de um significado, então um número de código alternativo foi designado para descrever tal situação.
- 2) Se um nome de ocupação era genérico porque a própria atividade ocupacional era genérica (isso é, combinava certo número de tarefas), usaram-se ou criaram-se códigos do tipo x-xx.10 e x-xx.05 no começo do grupo unitário mais relevante para a situação.
- 3) Se um nome de ocupação era tão genérico que poderia se referir a mais de uma ocupação dentro de um grupo unitário, um código terminado em .00 foi criado. Se a ocupação poderia se referir a alguma ocupação dentro de um grupo secundário, então um código terminado em 0.00 foi criado.
- 4) Se um nome de ocupação era genérico porque a atividade ocupacional incluía tanto a produção quanto a venda, apenas a atividade de produção foi codificada.
- 5) Se um nome de ocupação era tão genérico que poderia se referir a um número menor de ocupações dentro de um grupo unitário, usou-se um novo código intermediário entre os códigos relevantes para a situação específica.
- 6) Se um nome de ocupação se referia a uma ampla gama de ocupações possíveis, ou se era totalmente obscuro o que o nome significa, criou-se o código 9-99.99 para ele.
- 7) Se um nome de ocupação continha informações tanto para uma atividade econômica quanto para algum tipo de descrição de *status*, então a informação de *status* foi preservada em uma variável classificatória subsidiária chamada STATUS.
- 8) Se um nome de ocupação continha informações de um produto (fabricado ou comercializado) que não era contemplado pela ISCO, então essa informação acerca da produção foi codificada na variável PRODUCT.
- 9) Se um nome de ocupação continha informações sobre relações familiares, sobre questões relativas à passagem do tempo (aposentadoria, velhice etc.), atividades voluntárias e/ou honoríficas ou capacidade econômica, então essa informação adicional foi codificada na variável RELATION.

O sistema HISCO foi desenvolvido para auxiliar historiadores, economistas e cientistas sociais interessados em processos de mudanças econômicas e sociais a

longo prazo. Particularmente, a HISCO foi desenhada para facilitar comparações internacionais ao longo do tempo envolvendo informações históricas de ocupações. Em seu processo de desenvolvimento, ela se mostrou bem-sucedida no que diz respeito à adequação das informações de diferentes bases de dados nacionais com um espaço cronológico de quase 200 anos. Os princípios destacados acima formam a pedra fundamental do sistema HISCO, descrevendo o modo pelo qual a ISCO68 pode ser adaptado para acomodar nomes de ocupações encontradas em fontes históricas. Embora não seja necessário entendê-las para usar o sistema, eles foram aqui colocados para se explicitar a metodologia por trás da HISCO. A fim de fazer o processo de codificação tão direto quanto possível, e também para facilitar o uso do sistema por sociólogos e economistas bem como por historiadores, a HISCO procurou se desviar o mínimo possível do formato original da ISCO. Essencialmente, três tipos de mudanças tiveram de ser feitas: a criação de novos códigos quando a ISCO68 não mencionava ou não podia acomodar nomes de ocupações de caráter histórico; a transferência de grupos secundários entre grupos principais nos momentos em que isso foi necessário para ajustar o sistema aos seus propósitos históricos; e a criação de novas variáveis classificatórias subsidiárias a fim de capturar e preservar informações não-ocupacionais importantes que de outra forma poderiam se perder.

3. PROCEDIMENTOS DE CODIFICAÇÃO

Para os interessados em utilizá-lo, o sistema HISCO encontra-se disponível na forma de um manual (LEEUEWEN; MAAS; MILES, 2002) e na internet (<http://hisco.antenna.nl/>). De maneira geral, os procedimentos de codificação são os seguintes:

- 1) O primeiro aspecto a ser considerado é: em que medida um nome ou descrição de ocupação encontrado em um documento em particular realmente contém informações sobre uma atividade ocupacional do passado, do presente ou do futuro. Se esse não é o caso, utiliza-se o código -1 e -2, e as informações adicionais porventura existentes são codificadas nas variáveis PRODUCT, STATUS e RELATION. A escolha entre os códigos -1 e -2 depende da proporção em que a declaração de ocupação especifica que a pessoa não tem nenhum trabalho. Se essa declaração é explícita – por exemplo, “sem ocupação” – dá-se o código -2. O código -1 é usado sempre que não há nenhuma informação ou a informação existente não se relaciona diretamente com uma atividade ocupacional. Incluem-se nesse caso termos como “pobre”, “estudante”, “vagabundo”, “aposentado”, “vive de rendas” e outras.

- 2) Se a entrada relativa à ocupação contém informações sobre uma atividade ocupacional do passado, do presente ou do futuro, o código HISCO apropriado deve ser escolhido no índice de códigos já disponível. As informações adicionais por acaso existentes são codificadas nas variáveis PRODUCT, STATUS e RELATION. Se o nome da ocupação descreve tanto uma atividade de produção quanto de comercialização, a atividade de produção é codificada.
- 3) Se a informação relativa à atividade ocupacional é tão vaga que existe uma grande quantidade de opções de códigos para ela, então é dado o código 9-99.99.
- 4) Às vezes um nome de ocupação se refere a duas atividades aparentemente distintas. Um usuário da HISCO tem a liberdade de lidar com tais casos do modo que achar mais conveniente. Uma maneira pode ser codificar apenas a primeira ocupação, ou então codificar a ocupação que lhe parecer mais importante.
- 5) Em alguns momentos, dois ou mais códigos no manual podem ser aplicáveis a certo nome de ocupação. Nesse caso, o responsável pela codificação deve usar o seu conhecimento do passado e do lugar específico de estudo para escolher o mais apropriado.

Na maioria dos casos, um usuário com um nome de ocupação checa o índice e encontra o código HISCO correto. Em alguns casos ligeiramente mais complexos, o usuário encontra dois ou mais códigos e deve escolher entre um deles. Alternativamente, o usuário avalia que não apenas a atividade pode ser diretamente codificada com a HISCO, mas que há informações adicionais que precisam ser preservadas nas variáveis STATUS, RELATION e PRODUCT. Mas há casos onde um nome de ocupação não pode ser encontrado na HISCO. O manual é, antes de mais nada, baseado nos mil mais freqüentes nomes de ocupações de homens e mulheres em um certo conjunto de dados. Se os usuários desejarem codificar nomes de ocupações não contemplados pelas versões correntes do manual, pode-se proceder seguindo a estrutura lógica dos grupos principal, secundário e unitário da HISCO, aplicando as classificações subsidiárias quando for conveniente. Isso possibilita que se tenha um código HISCO apropriado para cada caso. O desenvolvimento da HISCO é contínuo, e através da homepage (<http://hisco.antenna.nl/>) é possível fazer a codificação de forma automática assim como atualizar e estender o sistema à medida que novos dados forem sendo produzidos. Estão disponíveis codificações para os seguintes países: Bélgica, Grã-Bretanha, Canadá, França, Alemanha, Holanda, Noruega, Suécia, Portugal, Espanha, Dinamarca, Índia, Rússia, Filipinas e Grécia.

4. A CODIFICAÇÃO HISCO PARA O BRASIL

No Brasil, os trabalhos historiográficos que utilizaram as informações sobre ocupações sempre encontraram, até hoje, os mesmos desafios postos pelos estudos internacionais: como agregar o enorme universo de ocupações encontradas na documentação de caráter censitário e pré-censitário em um esquema lógico, útil e comparável.³ Alguns problemas comuns detectados pelos pesquisadores foram: como adaptar os sistemas de classificação disponíveis contemporaneamente a uma realidade muito diferente, marcada por ocupações de caráter pré ou proto-industriais; como solucionar os problemas com as duplas, triplas ou mais ocupações; como preservar informações sobre o *status* social ou sobre as relações sociais que muitas vezes acompanham e explicam as ocupações. Nesse sentido, a HISCO parece garantir a menor perda de acurácia nas informações ao mesmo tempo em que permite ganhos em termos de comparabilidade no tempo e entre países.

Para a construção de uma codificação de ocupações brasileiras aplicável às informações contidas nos nossos documentos históricos, o ponto de partida foram as listas nominativas de habitantes de São Paulo de 1836, que são parte de um corpo documental mais amplo denominado de Maços de População. Essas listas de habitantes contêm um grande volume de informações sobre a população da província e formam o último elo de uma cadeia de levantamentos populacionais cujo início remonta a 1765. Nesse momento inicial, o então capitão-general da capitania de São Paulo ordenou o levantamento sistemático de todos os habitantes do território sob sua jurisdição com a finalidade principal de orientar o recrutamento militar. Essa era uma questão crucial para o governo da capitania dado o envolvimento constante dos paulistas nos conflitos que ocorriam nas fronteiras com o império espanhol. Tais levantamentos populacionais foram sendo atualizados em uma frequência quase anual, com um grau de detalhamento variável, mas com uma tendência ao aumento dos quesitos informados. Como já foi dito, o ano de 1836 é o último em que o levantamento acontece em todo o território da agora província de São Paulo, embora se possa encontrar levantamentos isolados feitos para muitos municípios em anos posteriores. Vale lembrar que a capitania, e depois província, de São Paulo incluiu o atual estado do Paraná até a década de 1850.

³ Alguns dos principais trabalhos nessa linha foram: Nozoe e Costa (1987), Godoy (1994-1996) e Paiva (1996). Nozoe e Costa (1987) produziram uma classificação de ocupações para o período colonial, considerando as peculiaridades da época. A HISCO diferencia-se dessa tentativa sob dois pontos de vista: em primeiro lugar, privilegia-se a comparabilidade no tempo e no espaço, deixando-se de lado, portanto, as peculiaridades de cada formação histórico-social; e em segundo lugar, aplica-se, sobretudo, para períodos posteriores ao século 18, e é por isso mais apropriada às realidades pós-coloniais.

Entre os anos de 2000 e 2002, foi feita a coleta sistemática das informações contidas em tais listas nominativas de habitantes, graças ao financiamento obtido junto ao Instituto de Pesquisa em Economia Aplicada (IPEA), da Secretaria de Planejamento da Presidência da República. Foi possível levantar os dados de todas as listas de 1836, embora só tenha sido possível fazer a conferência de uma parte do material. Para alguns municípios em que não se encontraram listas de 1836, foram utilizadas as listas de 1835, com o intuito de garantir a maior cobertura possível.⁴ As informações contidas no banco de dados são: ano; município; distrito; quarteirão; número do domicílio; número do indivíduo no domicílio; relação de parentesco ou posição do indivíduo no domicílio; sexo; raça; condição social (livre ou escravo ou forro); idade; estado conjugal; ocupação declarada; naturalidade; nome; alfabetização; título honorífico; e observações.

Da base de dados de São Paulo, em 1836, foi construído um segundo banco de dados contendo apenas os indivíduos com declaração de ocupação. Desse banco de dados, foram eliminadas aquelas declarações de ocupação absolutamente idênticas. Com um universo de 2.753 indivíduos, esse terceiro banco de dados foi submetido à codificação através da HISCO. Com vistas a facilitar a comparabilidade entre países diferentes, e seguindo a orientação geral da construção de códigos de ocupação, foram feitas as traduções das ocupações para o inglês. Também foi preservada a informação sobre o sexo e a condição social das pessoas que declararam tais ocupações, mantendo-se sempre uma dupla entrada da mesma ocupação quando ela era desempenhada por um homem e também por uma mulher.

A introdução dos códigos HISCO e a tradução das ocupações para o inglês foram realizadas em uma primeira etapa a partir da codificação disponível para Portugal, denominada Projeto para Análise e Classificação das Ocupações (PACO).⁵ Em seguida, muitas das divergências de interpretação foram checadas e, muitas vezes, os casos envolvidos receberam outro código HISCO e/ou outra tradução para o inglês. Finalmente, foram agregadas as denominações idênticas, que ainda permaneciam duplicadas porque se referiam a sexos diferentes e a casos de dupla, tripla ou mais ocupações. No caso da referência ao sexo, houve a substituição pelos códigos padronizados do projeto (M para homens, F para mulheres e MF para ambos os sexos).

⁴ A avaliação e a discussão desses dados foram feitas em Bassanezi; Bacellar (2002).

⁵ Essa codificação encontra-se disponível na internet (<http://hisco.antenna.nl/>) e em Madureira; Almeida; Esperança (2001). Em Madureira (2001), há comentários interessantes sobre a construção do banco de dados que ajudam a compreender os desafios de se criar tal tipo de codificação para o mundo lusitano, e que também são úteis para o caso brasileiro.

No caso das múltiplas ocupações, seguiu-se o princípio exposto acima de codificar apenas a primeira ocupação declarada. E nos casos de atividades que podiam envolver tanto a produção quanto a comercialização, codificou-se a atividade de produção. Em ambos os aspectos, deve-se ressaltar que isso não impede que se codifiquem os casos de dupla ocupação quando da utilização da HISCO brasileira na construção de bancos de dados. Ou seja, estamos nos referindo aqui ao processo de construção de uma listagem codificada de ocupações, que se diferencia da construção de bancos de dados a partir da documentação disponível. Nesse último caso, apresentamos adiante a solução proposta pelos pesquisadores portugueses e que pode ser adotada para o caso brasileiro.

Para completar a lista de ocupações disponíveis para o Brasil, foram acrescentadas informações contidas em listas nominativas de habitantes disponíveis para o bairro de São Cristóvão, no Rio de Janeiro, em 1870, e para algumas localidades da província do Espírito Santo, em 1884. A lista de São Cristóvão de 1870 foi a única que restou do censo experimental realizado naquele ano como ensaio para o censo de 1872.⁶ Para o Espírito Santo, utilizamos as listas de habitantes de São Mateus, Queimado, Cariacica e Guarapari, coletadas ao longo do ano de 2001 graças ao financiamento do IPEA.

A partir dessas fontes documentais, foi construída a classificação de ocupações para o Brasil. Em função das fontes documentais utilizadas, essa listagem é especialmente adequada para o século 19, mas acreditamos que se manteve útil até pelo menos a década de 1950.

5. DUPLA OCUPAÇÃO E IMPRECISÕES VOCABULARES

A HISCO apresenta soluções bastante simples para os problemas de dupla ou mais ocupações e de declarações de ocupação que permitem dupla interpretação. Para os casos de dupla ou mais ocupações, codifica-se a que aparece em primeiro lugar. Para os casos em que a ocupação pode abranger tanto a produção quanto a comercialização, privilegia-se a referência à produção. E nos casos em que pode haver uma dupla interpretação do significado da ocupação em relação aos códigos HISCO disponíveis, o pesquisador deve usar seus conhecimentos da realidade por ele pesquisada para optar por uma, e apenas uma, das interpretações possíveis.

⁶ Agradeço a Nelson Nozoe, José Flávio Motta e Iraci Del Nero da Costa a cessão do banco de dado por eles construído a partir da lista de São Cristóvão. Para se conhecer o conteúdo da lista, ver Nozoe; Motta; Costa (2004).

Embora esses princípios sejam interessantes por estabelecer um norte para o trabalho de codificação, eles obviamente envolvem tomar atitudes que podem deixar insatisfeitos muitos pesquisadores. Para o caso brasileiro, um primeiro problema diz respeito à dupla informação em que a primeira declaração não se refere a uma ocupação, mas a segunda sim (“vive de sua agência e negócio”, “agregado e lavrador” e outras). Nesses casos, sugerimos a adoção do princípio de que seja codificada a segunda declaração de ocupação.

Para tentar incorporar as demandas pela preservação das declarações de dupla ocupação ou de imprecisão quanto ao significado da ocupação no momento de utilizar a HISCO no tratamento da documentação histórica, os pesquisadores portugueses que construíram a PACO sugeriram a criação de alguns campos e códigos alternativos que parecem bastante úteis também para as fontes históricas brasileiras. Assim, após as variáveis STATUS, RELATION e PRODUCT, inserem-se as variáveis CONTEXTO e COMNUM. A variável CONTEXTO serve para inserir outros códigos HISCO que podem ser associados à declaração de ocupação encontrada no documento que se está codificando. A codificação sugerida é a seguinte:

- 1) Quando uma ocupação refere-se tanto à esfera da produção quanto da comercialização, o princípio de codificação da HISCO implica dar preferência ao código associado à produção. Nesses casos, pode-se indicar na variável CONTEXTO o segundo código HISCO que descreve a atividade de comercialização e indica-se o código 1 na variável COMNUM.
- 2) Quando uma designação de ocupação referir-se a mais de uma ocupação prevista na codificação HISCO, a designação mais provável dentro do contexto histórico é codificada como variável HISCO principal, as demais são codificadas na variável CONTEXTO e indica-se o código 2 na variável COMNUM.
- 3) No caso de dupla ocupação, insere-se as demais ocupações como variável CONTEXTO e indica-se o código 3 na variável COMNUM para indicar que trata-se de um caso de dupla ocupação.
- 4) No caso de ocupações polimórficas, ou seja, uma determinada ocupação que implica o desempenho de funções que se enquadram em mais de um código HISCO, insere-se os códigos que descrevem as demais funções na variável CONTEXTO e indica-se o código 4 na variável COMNUM.

Para visualizar melhor essa codificação alternativa, inserimos, a seguir, os exemplos adotados para o caso português (Quadro 2).

QUADRO 2

Codificação de categorias ocupacionais

Categorias	Hisco	Status	Relation	Product	Contexto	Comnum
Taberneiro e sapateiro	51030				51030	3
					80110	
Da patriarcal	14990				14190	2
					30000	
Droguista	41030					1
					22520	
Abegão	81925				62210	4
					62890	
					81925	
Carpinteiro de carros	81925					1

Fonte: Madureira (2001, p. 89).

Outras questões adicionais devem ser debatidas para o caso brasileiro. A primeira delas diz respeito às ocupações militares. Embora muitos indivíduos declarem como ocupação um cargo militar, sabemos que na maior parte dos casos trata-se de títulos honoríficos da guarda nacional e das companhias de ordenanças. Esses indivíduos, portanto, não são propriamente militares, e a declaração de um posto militar decorre muito mais do *status* associado a ele do que do desempenho de funções dentro de uma carreira militar. Esses casos são difíceis de serem resolvidos sem que se analise o contexto de cada declaração de ocupação. Na construção da HISCO brasileira, optamos por fazer uma dupla inclusão das referências a cargos militares: em primeiro lugar, todos são codificados como -1, já que não se trata de ocupação propriamente dita; em segundo lugar, quase todas as referências a carreiras militares são codificadas com a HISCO adequada (sobretudo 5-83.xx, “Military”). Caberá ao pesquisador, frente a suas fontes históricas, fazer a opção que julgar mais adequada.

As ocupações relativas aos proprietários agrícolas merecem um comentário à parte, sobretudo porque formam a imensa maioria das ocupações declaradas nas fontes históricas. Assim, para fugir da tendência ao registro com o código HISCO para “Fazendeiro em geral” (6-11.10), sugerimos que se considerem informações adicionais agregadas à declaração da ocupação. Desse modo, um “Agregado lavrador” pode ser codificado como um “Pequeno produtor agrícola de subsistência” (6-11.15). Deve-se ressaltar que o princípio geral da codificação deve ser mantido, ou seja, observa-se a declaração da ocupação.

Outra peculiaridade ao caso brasileiro refere-se ao aluguel de escravos. O código que mais se aproxima desse caso é o 4-10.40 (“Working proprietor – Hiring out”), que descreve um proprietário que vive do aluguel de serviços e veículos. Para evitar a criação de novos códigos, optamos por essa solução, embora, obviamente, se possa repensá-la.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção de uma codificação de ocupações brasileiras a partir da HISCO parece-nos representar um ganho substantivo no que diz respeito às pesquisas históricas sobre trabalho, estrutura social e mobilidade social no Brasil. Como já foi destacado acima, todas as codificações implicam perda de algum grau de detalhamento do que se encontra inicialmente disponível como informação. Entretanto, é uma tarefa inevitável para que se consiga padronizar e coordenar os esforços dos historiadores brasileiros face à produção de bancos de dados comunicáveis entre si.

O trabalho com as informações contidas nas listas nominativas de habitantes permitiu a construção de uma base de dados inicial de ocupações brasileiras. Essa base de dados certamente será enriquecida pela incorporação de novas fontes. Além disso, muitas das soluções adotadas para codificar as ocupações brasileiras frente à HISCO podem ser repensadas e revistas a partir de um melhor entendimento do que cada uma delas quer realmente descrever.⁷ Entretanto, acreditamos que adotar a HISCO como ponto de partida representa um salto qualitativo de grande alcance, sobretudo quando começam a se disseminar as experiências de construção e compartilhamento de grandes bancos de dados.

A vantagem final da HISCO refere-se à sua capacidade de se comunicar com as classificações de ocupações contemporâneas. Há uma disseminação cada vez maior da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), baseada na ISCO88, que vem sendo adotada não apenas na construção de estatísticas de muitos ministérios, mas também nos levantamentos censitários do IBGE. Isso significa que, em princípio, estaríamos nos capacitando para estabelecer análises realmente produtivas em relação às transformações seculares da força de trabalho no Brasil.⁸

⁷ Por razões de espaço, não foi possível incluir a lista de códigos de ocupação. Entretanto, brevemente ela estará disponível na internet para que possa ser submetida ao teste com outras bases de dados.

⁸ Obviamente, essa comparabilidade é limitada pela própria variação que as classificações de ocupação conheceram ao longo dos censos brasileiros. Jannuzzi (2004, p. 71), analisando os censos de 1960 a 2000, destaca as dificuldades em realizar a compatibilização dessas variáveis em um nível analítico muito desagregado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BASSANEZI, M. S. C. B.; BACELLAR, C. A. P. Levantamentos de população publicados da Província de São Paulo no século XIX. *Revista Brasileira de Estudos da População*, Campinas, v. 19, n. 1, p. 113-129, 2002.

GODOY, M. M. Dicionário das ocupações em Minas Gerais no século XIX, acompanhado de estudo histórico em torno da economia e sociedade mineira provincial. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 15, p. 161-192, 1996.

_____. *Discutindo a construção de uma obra de referência*: dicionário das ocupações em Minas Gerais no século XIX, acompanhado de estudo histórico em torno da economia e sociedade mineira provincial. São Paulo: Seminário Permanente de Estudo da Família e da População no Passado Brasileiro, 1994 (Texto para discussão).

JANNUZZI, P. de M. As ocupações brasileiras segundo a CBO 2002: caracterização empírica com base no Censo 2000. *Revista da ABET*, v. 4, n. 2, p. 61-95, jul./dez. 2004.

LEEUWEN, M. H. D.; MAAS, I.; MILES, A. *HISCO: Historical International Standard Classification of Occupations*. Leuven: Leuven University Press, 2002.

MADUREIRA, N. L. *Portuguese historical occupations*. Amsterdam: International Institute for Social History, 2001. (HISMA Occasional Papers and Documents Series n. 5).

MADUREIRA, N. L.; ALMEIDA, M. A.; ESPERANÇA, R. *Portuguese Hisco-des*. Amsterdam: International Institute for Social History, 2001. (HISMA Occasional Papers and Documents Series n. 5).

NOZOE, N. H.; BIANCHI, A. M.; RONDET, A. C. A. A nova Classificação Brasileira de Ocupações: anotações de uma pesquisa empírica. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 17, n. 3, p. 234-246, 2003.

NOZOE, N. H.; COSTA, I. D. N. Economia colonial brasileira: classificação das ocupações segundo ramos e setores. *Estudos Econômicos (IPE/USP)*, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 69-87, 1987.

NOZOE, N. H.; MOTTA, J. F.; COSTA, I. D. N. Às vésperas da abolição: um estudo sobre a estrutura de posse de escravos em São Cristóvão (RJ), 1870. *Estudos Econômicos (IPE/USP)*, São Paulo, v. 34, n. 1, p. 157-213, 2004.

PAIVA, C. A. *População e economia nas Minas Gerais do século XIX*. São Paulo: USP, 1996 (Tese de Doutorado – História Social).

TREIMAN, D. J. A standard occupational prestige scale for use with historical data. *Journal of Interdisciplinary History*, n. 7, p. 283-304, 1976.

_____. *Occupational prestige in comparative perspective*. New York: Academic Press, 1977.